



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

# 4 MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO  
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL  
ANO IX - Nº 143 - 2ª QUINZENA DE NOVEMBRO DE 1997 - R\$ 1,00

*Recessão*

*Desemprego*

*Aumento de  
Impostos*

*Cortes na  
educação*



**Abaixo o pacote e o plano do governo!**

**Não pagamento da dívida externa!**

**Ruptura com o imperialismo!**

**Estatização do sistema financeiro, sob controle dos trabalhadores!**

**Nenhum imposto aos assalariados!**

**Que os capitalistas paguem a conta da crise!**

**Escala móvel de salários, para proteger os assalariados!**

**Fim das demissões! Estabilidade no emprego para todos!**

**Escala móvel das horas de trabalho, para que todos possam trabalhar!**

# A Quinzena de Luta do Movimento Operário

As direções reformistas-colaboracionistas dos sindicatos bloqueiam a luta instintiva dos trabalhadores por melhores condições de vida e trabalho. Elas ensaiam fazer greve por categoria, marcam e desmarcam datas; dividem primeiro o movimento, confundem e por fim fazem acordos com os patrões por detrás dos trabalhadores. A classe operária e demais trabalhadores sabem dos ataques violentos das novas medidas econômicas e devem dar a resposta aos exploradores e parasitas. Pela convocação imediata de assembleias nos sindicatos e organização dos comandos de greve.

## O Caminho das Lutas

\* Grupo 19-3 (autopeças, forjarias e parafusos) - Aceitam proposta de 4% de aumento este mês para quem recebe até R\$ 2000,00 e PLR de 180,00, 240,00 e 300,00 dependendo do número de operários.

\* Metalúrgicos das montadoras do ABC (Ford, Scania, Volkswagen; Mercedes, Toyota) aceitam proposta patronal, forçando os metalúrgicos da General Motors de São Caetano, Ford Ipiranga e Volkswagen de Taubaté a fecharem acordo de abono de 53% do salário nominal e 3% de reajuste, incorporados aos salários em 1º de março. A alta da taxa de juros suspendeu as horas extras nos sábados na fábrica da Volkswagen, em Taubaté, e da General Motors, em São Caetano e São José dos Campos.

\* Grupo 19-8 (máquinas e eletroeletrônicos) - Força Sindical assinou acordo coletivo que prevê 4% de aumento salarial em novembro e 1% em maio. A CUT negocia 6% de reajuste salarial, parte incorporada aos vencimentos e parte em forma de abono.

\* Grupo 19-10 (lâmpadas e estamparia de metais) - Metalúrgicos da Força Sindical rejeitam proposta de 4% de abono em novembro e em dezembro.

\* Metalúrgicos da Multivisão, Keiko, Itaim, Gardem, Albrás e Dinatécnica (Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco) fecham acordo de 4% de reajuste

este mês e 1% em maio.

\* Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André chama empresas para negociar:

- Metalúrgica Jardim, do setor de autopeças oferece 5% de reajuste em 1º de janeiro e renovação de todas cláusulas sociais

- Metalfac propõe 5,04% de aumento salarial, sendo 4% este mês e 1% em março.

\* Metalúrgicos do Grupo Permetal, em Guarulhos, têm proposta de reajuste de 4%.

\* Operários da Metalúrgica Iname, na Lapa, entram em greve, e conquistam reajuste de 5%, cesta básica e tíquetes.

\* Metalúrgicos da Peres Galvanoplastia, na Vila Prudente, têm reajuste de 5% em novembro e 5% em maio.

\* New Lyne, fábrica de fogões demite 23 operários e quer parcelar os direitos em cinco vezes.

\* Carteiros assinam acordo coletivo com a ECT (Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos): 5% de reajuste, retroativo a agosto (data-base) e R\$ 200,00 de abono. Os 20 dias de greve serão descontados em 5 vezes. A empresa vai reavaliar as demissões.

\* Metalúrgicos da Girtex e Regribran, de Barueri, recusam receber os direitos em 30 parcelas. As máquinas desapareceram das duas metalúrgicas em 20 de outubro.

\* Marceneiros da Acil, no Ipiranga conquistam mais R\$ 400,00 de PLR em duas parcelas. Uma este mês e outra em 9 de janeiro.

\* Trabalhadores das indústrias de produtos de limpeza continuam em luta por R\$ 10% de aumento real e piso de R\$ 735,00.

\* Padeiros de São Paulo, em campanha salarial, reivindicam 5% de aumento real e piso de R\$ 450,00.

\* 600 têxteis foram demitidos da Campo Belo, no Ibirapuera. Sindicalistas negociam pacote de benefícios: 3 salários nominais, 6 meses de convênio médico e as verbas rescisórias. Acabam fechando acordo de 2 salários, 3 meses de convênio médico e os trabalhadores com estabilidade continuarão recebendo os salários até a aposentadoria.

\* Têxteis de São Paulo, em "estado de greve", reivindicam 5% de reposição salarial.

\* Trabalhadores da Nestlé de São Paulo e Rio de Janeiro conquistam 3,5% de reajuste salarial e aumento do piso de R\$ 376,00 para R\$ 400,00, PLR de 75% do salário nominal mais R\$ 450,00.

\* Ferroviários da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) terão 6,5% de reajuste salarial sobre os salários de maio de 96, mas retroativo a janeiro de 97.

\* Metalúrgicos da Multibrás (geladeiras Brastemp e Consul) em São Bernardo do Campo protestam em passeata pelo centro da cidade, contra a demissão de 500 dos 1.800 trabalhadores da fábrica. Sindicalistas querem a redução imediata da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais para impedir as demissões ou a abertura de um programa de demissões voluntárias e pacote de benefi-

cios. As demissões vieram por conta da alta taxa de juros. A empresa já havia dado férias coletivas em maio e em julho. Os patrões oferecem pacote para as demissões voluntárias: oito meses de assistência médica e 10 vales-compra no valor de R\$ 100,00 cada, indenização por tempo de trabalho equivalente a um salário.

\* Metalúrgicos da Singer, de Campinas podem ter férias coletivas prolongadas de dezembro a janeiro por causa da alta taxa de juros e estoques em excesso.

\* Telefônicos do estado de São Paulo reivindicam aumento real de 5%.

\* Faxineiros da Lotus, que prestam serviço de limpeza na Secretaria de Esportes e Turismo de São Paulo fazem greve contra o atraso dos salários e vale-transporte.

\* Químicos da Utilfertil de Tatuí conquistam 13,5% de reajuste, piso de R\$ 420,00, PLR de R\$ 300,00.

\* Químicos da Bozzano rejeitam proposta de 4% de reposição e R\$ 450,00 de PLR. As negociações fábrica por fábrica prejudicam a luta unitária da categoria. O sindicato dos químicos e plásticos de São Paulo (CUT) adiaram duas vezes a greve seguindo orientação do departamento jurídico do sindicato sobre a "legalidade da greve". Preferiram insistir nas negociações, como Alpaca e Ameropa. A Ceag-10 (patronal) oferece 3,7% de reajuste. A categoria reivindica 6,6% de reposição e R\$ 100,00 de aumento real.

\* Petroleiros tentam reabrir conversação com a Petrobrás e decidem manter mobilizações por locais de trabalho.

\* Aeroviários, em campanha salarial nacional, reivindicam 7% de reajuste, 10% de produtividade e piso de R\$ 768,00.

\* Gráficos de São Paulo obtêm proposta patronal de reajuste de 2,05% de reajuste e redução no valor da hora extra. Os gráficos reivindicam 10% de aumento e redução da jornada de trabalho.

\* Bancários do Banco do Brasil de Brasília e caravana com mais 452 bancários de 12 Estados fecharam 3 prédios da entidade durante 6 horas.

\* Metroviários desistem da greve de 24 horas e aceitam R\$ 350,00 de PLR. Sindicalistas alegam que o TRT "iria pôr a faca no nosso peito" e "havia determinado multa diária de R\$ 10 mil, caso não fossem garantidos os serviços essenciais".

\* Vigilantes e funcionários terceirizados do PAS (Plano de Assistência à Saúde) protestam em frente a Secretaria Municipal de Saúde contra o não pagamento dos salários.

\* Operários da Micron Revestimentos, em Osasco, entram em greve exigindo água potável.

\* Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo (Força Sindical) exige que trabalhadores assinem documento abrindo mão dos benefícios da convenção coletiva se não concordar com o desconto da taxa assistencial (sindical). Segundo, Paulinho (presidente do sindicato) a exigência faz parte do item II da cláusula 68 da convenção.



## A crise capitalista

# Um pacote de desemprego e miséria

A queda das ações na Bolsa de Valores e o ataque especulativo dos agiotes internacionais ameaçaram acabar com o Plano Real, ou seja, com a artificial "estabilidade econômica". A primeira iniciativa do governo foi a de elevar as taxas de juros acima dos 40% ao ano, duplicando-a.

Esperava-se que, por algum tempo, ainda que curto, o remédio surtisse efeito. Foi em vão. Imediatamente, a quebra nas Bolsas continuou. E os especuladores mantiveram a fuga de capitais. A crise mostrou ser mais profunda. Revelou o quanto o Brasil está nas mãos do capital financeiro internacional. Expos todo fundamento econômico-financeiro pró-imperialista do Plano Real. Tirou a máscara da tal estabilidade.

A burguesia deixou transparecer seus temores. Os partidos saíram em defesa do Plano Real, nem que fosse para sangrar ainda mais o país. A oposição burguesa baixou a voz. O próprio PT se mostrou de mãos atadas. Todos passaram a gritar: é preciso acelerar as reformas; é hora da reforma fiscal; é preciso votar definitivamente as mudanças na Previdência; o governo precisa da reforma administrativa; vamos privatizar com mais urgência. Cada um enfatizou este ou aquele ponto.

O governo, por sua vez, responsabilizou a oposição pelo atraso das reformas. E a oposição, aí incluído o PT, retrucou: não, a culpa é do próprio governo que tem a maioria no Congresso, mas que não se empenhou em torno das reformas. O governo chamou a nação a contribuir com mais sacrifício e apelou ao patriotismo de todos.

É como se capitalistas, operários, camponeses e classe média fossem uma só família nacional. É como se os exploradores e os explorados fossem irmãos brasileiros. É como se os ricos de pança cheia fossem amigos dos pobres e miseráveis.

Acima das classes, da riqueza e da fome foi colocada a nação. Todos pareceram responsáveis pela estabilidade do Plano Real. Todos deveriam se

unir nessa hora de desabamento da política antinacional e antipopular ao governo burguês.

Os jornais, TVs e revistas se encarregaram de dar o tom dramático, preparando o terreno para o pacote FHC. Mais precisamente, preparando a população para receber calada e passiva mais um violento ataque às suas condições de vida.

Os sindicatos e a CUT se manifestaram como gatinhos miando atrás do leite derramado. Por todo lado se ouvia lamentações e ecos de ameaças contra a destruição de conquistas. Assim, dois dias após a decretação e imposição autoritária do pacote, FHC pôde dizer aliviado que não esperava tanta compreensão da população. E elogiou o espírito de sacrifício dos brasileiros.

### O presente de FHC à família solidária

Os ministros fizeram as contas e viram que o governo precisava de 20 bilhões de dólares para amaciar a ferocidade dos investidores e credores internacionais. De onde sairia tal montante? Dos banqueiros, dos grandes industriais, dos ricos latifundiários? Não! Sairia dos assalariados e pequenos proprietários; da classe operária e da pequena-burguesia urbana e agrária. Enfim, sairia da população trabalhadora. Essa é uma lei de funcionamento do capitalismo. Quem paga as contas da crise é o trabalho e não o capital.

Os gatinhos que miaram atrás do leite derramado continuaram a miar: o governo não pode mais sacrificar a população; que o sacrifício recaia sobre as grandes fortunas. Até o Leão que derruba o leite, o PFL, disse, hipocritamente, que as grandes fortunas deveriam pagar um pouco dos 20 bilhões. Ao mesmo tempo, defendeu que a conta da crise fosse mais dividida, abocanhando parcela maior dos salários menores. Só serviu para demonstrar que quem pagará de fato serão os trabalhadores.

O pacote FHC reforça as tendências recessivas e com ela uma nova

onda de demissão em massa e aumento do exército de desempregados crônicos. Se o desemprego já vinha mastigando a vida de milhões, agora mastigará mais alguns milhões. Combina-se o desemprego produzido pelas novas tecnologias com o provocado pela queda da produção.

### Os segredos do pacote

E qual o segredo para arranjar rapidamente 20 bilhões? Aumenta-se impostos, eleva-se o preço dos combustíveis, demite-se em massa funcionários públicos e corta-se verbas de serviços estatais (saúde etc). Como se vê, não há nenhum segredo nisso. Os tecnocratas a serviço dos capitalistas seguem o manual. Este apresenta fórmulas prontas, que devem ser utilizadas a cada situação e com determinada dose.

No caso da crise que se abateu na Bolsa de Valores, por que o governo buscou tais fórmulas? Porque elas dizem: é preciso assegurar a alta remuneração do capital especulativo internacional para que este não deixe o país e o transforme em escombros. Isso se faz aumentando os juros.

Mas não basta oferecer maiores taxas aos especuladores. É preciso mostrar a eles que a banca do cassino (o Brasil) pode pagá-los.

Ocorre justamente que os magnatas dos dólares retiram suas

Nacional



**ESCREVA PARA O JORNAL MASSAS**

**O JORNAL QUE DEFENDE A REVOLUÇÃO E A DITADURA DO PROLETARIADO**

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

NO NORTE E NORDESTE ESCREVA PARA

CAIXA POSTAL Nº 221 - FORTALEZA - CEARÁ - CEP 60001-970

CAIXA POSTAL Nº 2768 - CEP 59022-970 - NATAL - RN

aplicações por duas razões: 1) para cobrirem-se contra as perdas ou para melhor especularem com a crise mundial, que se manifestou a partir do leste asiático (Tailândia, Hong Kong etc); 2) porque o artificialismo da política econômica do governo se esgotou perante a realidade da crise e o Estado se mostra falido. O que quer dizer que logo mais não terá como pagar as dívidas com os capitalistas internacionais.

Se não há nenhum segredo nas medidas do pacote, o mesmo não dizemos quanto à sua origem e finalidade verdadeiras. Estas são mantidas escondidas da população. O governo e seus asseclas fazem de tudo para obscurecer a raiz da crise e quem se beneficia dela.

Dizem assim: o Brasil precisa dos investidores internacionais, eles são necessários para nosso desenvolvimento econômico, logo precisamos da estabilidade do Plano Real para mantê-los aqui. Assim, a crise aparece como se fosse um problema essencialmente interno do país, embora a burguesia brasileira esteja obrigada a reconhecer que começou lá fora. Não pode dizer à população faminta que são os especuladores externos que precisam do Brasil. Que saqueiam as riquezas nacionais.

### **O Plano Real é um plano pró-imperialista**

O governo diz que o pior que pode acontecer é a volta da inflação. Mas não pode explicar por que tal desastre pode acontecer. Ocorre que o fim da conjuntura inflacionária se deveu ao artificialismo monetarista do Plano e às medidas de favorecimento ao capital internacional.

O artificialismo está em estabelecer um va-

lor do Real em relação ao dólar que não corresponde à base econômica do país. É o que se tem chamado de sobrevalorização do Real. As medidas de favorecimento ao capital imperialista correspondem à abertura do mercado, ao incentivo a especulação na Bolsa e às privatizações. As altas taxas de juros praticadas desde o início do Plano elevaram abruptamente a dívida interna e externa da União. A arrecadação e gastos com as necessidades internas está equilibrado, o que quer dizer que não há déficits.

O déficit de cerca de 5% do PIB se deve aos juros e amortizações das dívidas interna e externa, bem como ao desequilíbrio entre importação e exportação. Os 35 bilhões de dólares, que correspondem a tal déficit, vão para os cofres dos grandes capitalistas internacionais e nacionais que saqueiam o país através da usura. Como os cofres da União não arrecadam o suficiente para cobrir a conta dos juros e amortizações, o governo brasileiro vai em busca de mais empréstimos e mais entrada de dólares especulativos no país. Esse processo aumenta o endividamento do Brasil frente aos credores e especuladores.

Como o Plano FHC abriu o mercado, rebaixando as tarifas alfandegárias, e valorizou artificialmente o Real, as importações se elevaram rapidamente, enquanto que as exportações estagnaram ou cresceram parcamente. Está aí por que a burguesia e seu governo dizem que o Brasil necessita dos investidores externos. Ocorre que tal dependência é consequência da submissão da burguesia brasileira à burguesia imperialista.

O Plano Real é um plano que favorece o imperialismo e torna o país mais dependente do que já é. Por sua lógica, defender a moeda para que não volte a inflação, como apregoa o governo, significa favorecer ainda mais os especuladores internacionais. Esse favorecimento não assegurará a estabilidade propagandeada. Pelo contrário, potenciará a crise capitalista no Brasil e permitirá uma sangria ainda maior das riquezas nacionais. Sangria essa que recairá sobre as massas exploradas, na forma de rebaixamento salarial, de desemprego, indignância e fome.

Como se vê, o capital financeiro se utiliza do Plano FHC para melhor tirar proveito. Quanto maior for a debilidade das finanças públicas em relação aos credores, maior será a pressão do capital financeiro para que o governo escancare o país, extraia mais riqueza através dos impostos e se livre de gastos sociais.

Sacrifica-se ainda mais as massas e se desagrega a economia do país para pagar os financistas parasitários.

Essa política pró-imperialista não tem nada a ver com a estabilidade e com o desenvolvimento econômico. Significa sim quebra de forças produtivas e hemorrhagia das riquezas nacionais. Mais cedo ou tarde a inflação voltará, assim que se esgotar a capacidade do país em sustentar o saque e o Real naufragar definitivamente. Isso em piores condições: maior atraso econômico, maior submissão às potências imperialistas, maior endividamento, mais desemprego, mais fome e miséria da população.

### **O reformismo estonteado**

Todos se surpreenderam com o vendaval. O PT e seus sindicalistas ficaram estonteados com a ação governamental. Não se mostraram de acordo com a duplicação dos juros, mas deram seu consentimento em nome do bem da nação e da defesa da estabilidade. Enfim, colaboraram imediatamente com FHC. Em seguida, o governo lançou o pacote com as 51 medidas antipopulares. E os atordoados reformistas logo anunciaram que era possível um plano alternativo.

Os tais "planos alternativos" estão ficando famosos por não servirem para nada, a não ser a auto-satisfação dos espertos economistas do PT. Para eles, trata-se de desvalorizar a moeda, modificando assim a relação cambial em favor das exportações. Breca o grande fluxo importador, controlar a entrada de capital especulativo, incentivar a aplicação na produção, taxar as grandes fortunas, atacar a sonegação de impostos e dinamizar o mercado interno. Em resumo, essa seria a fórmula.

Vemos que o plano alternativo petista preserva o pagamento da dívida externa e interna. Não se propõe a confrontar o poder da oligarquia internacional. Não identifica a crise como reflexo do saque do país pelas potências e da desagregação mundial do capitalismo. E, pior de tudo, pelo plano alternativo reformista, também é o assalariado quem paga a conta da crise, pois a desvalorização do real levaria a aumentos de preços e arrocho salarial.

Para os reformistas, o capitalismo passa tão-somente por um ajuste, próprio da sua nova fase tecnológica. E que caberia ao governo brasileiro se colocar numa posição de negociação com o imperialismo e não de entreguismo descarado (o termo entreguismo seria muito forte no palavreado



dos reformistas). Ao invés de entregar os dedos, cederia apenas o anel.

O segredo da "modernidade" para os petistas e sua burocracia sindical é serem bons negociadores. Se se trata dos interesses dos operários e dos capitalistas, o negócio é negociar, evitando assim o confronto de classe. Se se trata dos interesses da nação oprimida e do imperialismo, o negócio também é negociar. Nesse princípio se encaixa o plano alternativo.

Essa via é de capitução diante do governo antinacional e antipopular de FHC. Os reformistas admitem que o governo aplique sua diretriz sem que haja resistência dos explorados. Apenas fará oposição eleitoral. É para isso que serve seu "plano alternativo".

Ocorre que a crise da Bolsa e o ataque especulativo contra o Real são conseqüências, que certamente acabam por tornarem causas de quebra-deiras. No fundo, são conseqüências do bloqueio ao desenvolvimento das forças produtivas mundiais. O estreitamento do mercado internacional está se tornando cada vez mais ameaçador às bases produtivas. Estas chegaram a um grau tal de concentração monopolista que se chocam com as necessidades elementares das amplas massas, cada vez mais empobrecidas e submetidas ao desemprego crescente.

Fatalmente, o Brasil, com Real ou sem Real, será arrastado para a quebra de forças produtivas. As falências na Ásia, nem bem os países dessa região foram chamados de Tigres Asiáticos, expressam esse fenômeno de tendência mundial. Na última década, a guerra comercial e a especulação ganharam dimensão gigantesca. O imperialismo passou a exercer uma pressão mais vigorosa para que as semicolônias se coloquem em sua total disposição. Abertura comercial, privatizações, alta remuneração do capital especulativo, maior controle das matérias primas etc. indicam a ofensiva do imperialismo, de forma a proteger os monopólios contra o estreitamento do mercado e queda na taxa média de lucro.

Não haverá diplomacia e política econômica burguesa advindas das semicolônias capazes de conter a voracidade do capital imperialista. Não será desvalorizando o câmbio ou reduzindo a abertura comercial que se obterá êxitos contra as pressões e saque imperialistas. Certamente a burguesia poderá ser obrigada a fazer manobras protecionistas, como timidamente quer o PT, mas serão limitadas. Não terão como suportar os ataques das potências. O choque en-

tre as forças produtivas e as relações capitalistas de produção, sob a forma monopolista, vem pondo por terra as medidas econômicas dos governos, seja nas metrópoles seja nas semicolônias.

### **São necessárias medidas antiimperialistas e anticapitalistas**

Trata-se de rechaçar integralmente o pacote e lutar para pôr abaixo o Plano antinacional e antipopular. Nenhum imposto sobre as massas. Nenhuma reforma contra as condições de vida dos trabalhadores. Nenhuma demissão de funcionários públicos. Nem desemprego, nem arrocho salarial. Que a burguesia arque com toda crise do seu sistema capitalista.

Porém, não apenas devemos negar o Plano do governo. Também é necessário defender um programa proletário. Este nada tem a ver com os "planos alternativos" dos reformistas, que não são senão uma variante da política econômica da burguesia. Entendemos que, ou a classe operária sai em luta com um programa próprio, ou terá de pagar caro a crise da sociedade burguesa.

Os capitalistas, auxiliados pelos reformistas, procuram dar a idéia de que não há outra política econômica a seguir. De fato, a classe burguesa não tem muitas opções frente à desagração objetiva do capitalismo mundial. Mas do ponto de vista do proletariado, ou seja da economia política marxista, o problema muda por completo.

O esgotamento do capitalismo é que determina o caráter da crise e a natureza das transformações necessárias. A solução está em expropriar a burguesia e transformar os monopólios em propriedade coletiva dos meios de produção. Assim se acabará com a exploração da maioria e se extinguirá o parasitismo financeiro. Cada vez mais a vida da classe operária e demais trabalhadores depende dessa solução histórica. Para alcançá-la, é preciso lutar contra a política econômica dos capitalistas, que na situação se manifesta na forma do Plano e do pacote FHC.

Cabe-nos levantar um programa antiimperialista e anticapitalista, que tenha por estratégia o combate por um governo revolucionário, um governo operário e camponês, que expresse a ditadura do proletariado. Qualquer solução definitiva em favor dos explorados depende da conquista do poder político através da revolução proletária.

Os reformistas, quando falam no "plano alternativo", estão propondo

trocar o governo através das eleições. Não é por acaso que o conteúdo econômico de seu plano não ultrapassa os limites da economia política da burguesia, que descarrega a crise sobre as massas e mantém a submissão do país ao imperialismo. Ao contrário, a profundidade da crise exige transformações radicais através da luta de classes.

Frente ao Estado falido, à pressão monumental do grande capital internacional em quebra, ao desemprego desenfreado, à guerra comercial que tende a se transformar em guerra bélica e a todos os males da miséria das massas, não há outra saída senão derrubar a burguesia do poder político e passar toda a economia para o controle direto da classe operária e demais trabalhadores.

Para se pôr fim à dependência do Brasil às potências e acabar com o parasitismo financeiro, a tarefa é de estatizar todo sistema financeiro, desconhecer a dívida externa, estatizar o comércio exterior e impor o controle operário da produção. Tais medidas antiimperialistas conduzirão às expropriações anticapitalistas. Como se pode ver, a resposta à crise começa pela necessidade da classe operária defender um programa que a conduza ao poder pela revolução social.

### **O proletariado necessita de um partido revolucionário**

Um regime econômico que desemprega cada vez mais, rebaixa os salários a pontos extremos e que sequer pode manter o nível de vida da classe média tem de ser destruído. As riquezas concentradas e a grande capacidade produtiva alcançada estão em contradição com a existência da maioria. Por outro lado,

Nacional



permitem as transformações.

O fato é que as forças produtivas não podem mais permanecer nas mãos da classe capitalista, infinitamente diminuta frente a grande massa trabalhadora. Têm de ser libertadas da propriedade monopolista burguesa. A crise que estamos atravessando se encarregará de demonstrar com cada vez mais clareza para o proletariado que as condições objetivas estão maduras para a revolução socialista. E também a falta que faz o partido revolucionário.

O governo burguês pode manejar livremente uma política tão violenta contra os explorados devido à ausência de um poderoso partido, capaz de dirigir a maioria contra a burguesia nacional e a imperialista. O PT nem bem nasceu e se degenerou, não chegando sequer a cumprir um

papel de reformismo radical. A razão está em que desde sua origem não teve um programa proletário. Foi fruto da abertura política dirigida pela burguesia, que removeu a ditadura militar e reconstituiu o regime semi-democrático.

Em pouco tempo, O PT substituiu seu radicalismo verbal de pretensão socialismo pela política concreta de oposição parlamentar burguesa. Assim, não é de estranhar o fato de comparecer ajoelhado diante da política pró-imperialista do governo. Os reformistas vão se adaptando cada vez mais às pressões da crise e da diretriz mundial do imperialismo. Os sindicatos e a CUT acabam por expressar essa linha, pelo fato de serem de canal do reformismo no seio das massas.

Apesar de muita luta, a classe operária não pôde superar sua desorganização e conquistar independência de classe, o que depende da construção do partido unido do programa da revolução e ditadura do proletariado. A crise econômica e os ataques dos capitalistas têm a virtude de trazer à tona a necessidade de construção do partido e criar as condições

para avançar a luta ideológica contra a burguesia, que inclui o reformismo petista.

Está colocada para a vanguarda se elevar à altura do programa e constituir os quadros no interior da luta de classes. A bancarrota do capitalismo tornará cada vez mais evidente o lugar histórico do marxismo-leninismo-trotskyismo para a luta de sobrevivência das massas oprimidas e de toda humanidade.

**Abaixo o pacote e o plano do governo!**

**Não pagamento da dívida externa!**

**Ruptura com o imperialismo!**

**Estatização do sistema financeiro, sob controle dos trabalhadores!**

**Nenhum imposto aos assalariados! Que os capitalistas paguem a conta da crise!**

**Escala móvel de salários, para proteger a sobrevivência dos assalariados! Fim das demissões! Estabilidade no emprego para todos! Escala móvel das horas de trabalho, para que todos possam trabalhar!**

Nacional



## A disputa eleitoral

Embora a definição das candidaturas oficiais dos partidos possa aguardar, pelo prazo legal, até meados de 1998, crescem as manobras para a definição dos pretendentes aos cargos executivos federal e estaduais.

O PMDB encontra-se dividido entre os apoiadores de FHC e os que pretendem uma candidatura própria. Estes ganharam o apoio da bancada federal do PCdoB, que se colocou pelo lançamento da candidatura de Roberto Requião, ex-relator da CPI dos precatórios. Mas não conseguiram a maioria no partido, que se mantém fiel a FHC. Dependem de que haja mais rupturas na base de sustentação do governo, em função do descontentamento de setores em relação ao pacote.

O anúncio do pacote

governamental deveria render ao PT uma projeção momentânea. Mas o apoio crítico deste ao governo durante a crise das bolsas e o miserável pacote alternativo (que preserva a essência do favorecimento ao parasitismo financeiro) não renderam nada ao reformismo. A política de alianças do PT o colocou numa situação desfavorável diante dos partidos burgueses opositores. Ao pretender a frente ampla, assumiu a defesa a fundo do plano antinacional e antipopular de FHC. Assim, já fixou qual será o programa da frente opositora. Resta negociar quem serão os candidatos da chapa.

Em princípio, o PT defende Lula/Brizola. Mas o PDT condiciona seu apoio à renúncia do PT em lançar candidato próprio no Rio de Janeiro. Conseguiu uma primeira vitória, quando o PT do Rio se colocou por uma candidatura única das oposições. Agora só falta formalizar o apoio ao brizolismo no estado.

Outro problema enfrentado pelo PT é a indefinição do PSB. O partido burguês dominado por Miguel Arraes está mais próximo do apoio a Ciro Gomes que a Lula. E a disputa estadual também vai pesar nessa definição.

Da parte do estalinismo, o PCdoB

negocia a ampliação das vagas nas listas de candidatos da frente ao parlamento. Pressiona a ala opositora do PMDB a lançar candidato próprio, prometendo-lhe apoio.

O PT vai definir seu candidato em dezembro, na sua convenção nacional. Tudo indica que aponte Lula, mas as coisas podem mudar em função da pretensão de construir uma frente ampla das oposições.

Qualquer que seja o resultado dessas negociações, o reformismo já jurou seu compromisso com o sustento do plano Real. Vai ter de conter as lutas nos sindicatos, bairros, no campo e nas escolas, que se chocarão contra as medidas do plano. A suspensão de campanhas salariais e greves, após a crise e a decretação do pacote indicam esse caminho de rendição incondicional, uma verdadeira traição.

As correntes de esquerda que declaram há tempos que apoiarão o PT contra FHC, a persistirem nessa linha, cumprirão o papel de cúmplice do reformismo na tarefa de quebra e fragmentação das lutas. Chamamos a que rompam com o frentismo eleitoral e que se juntem na luta por uma frente revolucionária antiimperialista, que é a tarefa colocada pela situação de ofensiva capitalista contra as massas.

# Agrava-se a crise social e a repressão sobre os movimentos

No último massas, mostramos como tem avançado a crise social, principalmente com o agravamento do desemprego. O aumento do número de camelôs e perueiros, dos pequenos crimes etc. expressam isso. Ao mesmo tempo, as medidas dos governos, de contenção dos gastos para viabilizar o pagamento dos altos juros das dívidas, contribuem para agravar ainda mais esse quadro. Já haviam acontecido diversos levantes nas cadeias e presídios pelas péssimas condições de vida que os presos levavam, produto do descaso governamental. Agora, até mesmo as prisões de menores (tipo Febem) estão sob o mesmo problema. Cortam-se verbas e as condições de sobrevivência decaem vertiginosamente.

Em São Paulo, menores e suas mães se levantaram contra as péssimas condições de vida e a repressão. Foram reprimidos violentamente pela PM.

Perueiros fizeram um protesto reivindicando o direito de trabalharem para sobreviver, tendo em vista que até mesmo aqueles que estavam em processo de regulamentação na prefeitura estarão sem o direito de circular em São Paulo. Também foram duramente reprimidos.

Alguns adolescentes da favela São Remo estavam brincando na raia olímpica da USP e foram surrados por seguranças da universidade, ajudados por Pms. Chegaram a matar um deles, jogando o corpo na raia. A reitoria acobertou os assassinos e mandou reprimir as manifestações de protesto.

Tudo isso aconteceu num único dia em São Paulo.

Esses acontecimentos apontam uma tendência: o agravamento da crise social levará a mais levantes, que serão golpeados pelas forças repressivas.

Trata-se de organizar um movimento de massa que combata os governos e o plano de fome. Preparar a autodefesa contra a repressão. Construir comitês de luta contra a opressão política e social, para denunciar e combater os crimes de classe da burguesia. E defender os tribunais populares, instrumentos próprios das massas oprimidas para julgar e punir de verdade a burguesia criminosa.



Repressão aos perueiros em S. Paulo.

NACIONAL



## Formado Comitê contra a Opressão Social e Política em Ceará-Mirim

O Comitê contra a Opressão Social e Política surgiu após um debate realizado na Escola Estadual Ubaldo Bezerra, em Ceará-Mirim, no dia 22/junho/97. O tema do debate foi "Conjuntura atual: é possível a reforma agrária?".

O objetivo do Comitê é lutar contra a opressão social da burguesia implementada através do Plano Real do governo neoliberal de FHC (PSDB/PFL/PMDB), que traz miséria, fome e arrocho salarial aos trabalhadores. Como também, a opressão política manifestada nas prisões, processos judiciais, espancamentos e até mortes das lideranças de luta dos operários e camponeses, patrocinadas pelo governo ou grupos militares (jagunços) mantidos pela classe capitalista.

Neste sentido, o Comitê iniciou seus trabalhos denunciando

a farsa do julgamento de José Rainha, líder do MST. Realizamos debates sobre a Reforma Agrária, tentando demonstrar para a população os benefícios que traria, baixando o preço dos gêneros alimentícios. E assim, explicamos que a oposição do governo à reforma agrária encontra-se no fato de defender os interesses dos latifundiários (parte da classe burguesa) contra os camponeses sem-terra e, conseqüentemente, os operários da cidade. Entendemos a Reforma Agrária como parte integrante de um movimento maior de transformação da sociedade, a revolução social.

O Comitê é composto por várias organizações de trabalhadores como o POR (Partido Operário Revolucionário), PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado), SINTE/CM

(Sindicato dos Trabalhadores em Educação - Regional de Ceará-Mirim) e o Grêmio do Monsenhor Cico. Não é um partido. Garante a liberdade de pensamento e expressão a todos os seus participantes e delibera suas atividades conjuntamente com todos. As organizações operárias estão juntas na luta mas cada uma com suas idéias políticas. No Comitê predomina a mais ampla democracia, a democracia operária.

Para participar do Comitê basta vir para os debates, participar de suas atividades; estar contra o Plano Real e as perseguições políticas às lideranças dos trabalhadores; defender a Reforma Agrária e concordar com o método de luta operária (greves, manifestações de rua, ocupações, etc).

## II Congresso Nacional de Educação (Coned)

Foi realizado em Belo Horizonte, no mês de novembro, o II Coned. O objetivo era a aprovação de um Plano Nacional de Educação, elaborado pelas entidades que haviam participado do Fórum em defesa da Escola pública. Fórum esse que apresentou um projeto de Lei de Diretrizes e Bases (LDB) para contrapor ao do governo, no Congresso Nacional.

O Plano Nacional de Educação saído desse conjunto de entidades sindicais, estudantis e universitárias tem a mesma função da proposta de LDB. Servirá, portanto, como mecanismo de pressão aos parlamentares no momento de votação do Plano do governo, previsto para o mês de dezembro.

Participaram do Coned 4 mil educadores. E o Plano aprovado tem como conteúdo central a concepção de escola "democrática e emancipadora", nos moldes da visão de Paulo Freire. Dizem os elaboradores desse Plano "alternativo" que se trata de uma educação para a "cidadania", para a "emancipação social", com vistas à construção de um "novo projeto de inclusão e de qualidade social para o país". Criticam o Plano do governo em dois aspectos: o primeiro, por ter sido fruto dos setores hegemônicos da sociedade; e, o segundo, por ser excludente. Contrariamente, segundo eles, o Plano saído do Coned se assentou no caráter coletivo e democrático

e, acima de tudo, por ter a concepção "includente".

Dessa forma, caracterizam o Plano governamental como aquele defensor da educação vinculada às necessidades do mercado e, por isso, a escola como formadora de indivíduos competitivos e consumidores. Opostamente, apresentam o Plano do Coned como a perspectiva da educação voltada ao "ser humano integral, onde a escola é um dos "espaços para se obter informação". O que pressupõe um lugar democrático para a construção de valores e de "produção e disseminação de conhecimentos".

Essa escola, dotada de uma "gestão democrática", deve estar apoiada numa avaliação. Criticam os processos avaliativos do governo e pregam a avaliação como parte do "processo contínuo e parte dos objetivos estabelecidos". A gestão democrática foge à formas autoritárias impostas pela educação governamental.

Esse conjunto de princípios, formulados pelo Plano Nacional das entidades, serão detalhados nos diferentes itens desse Plano, materializando, assim, suas propostas em relação à concepção e aos diferentes níveis de ensino.

A Corrente Proletária na Educação entrevistou nesse Congresso, denunciando o Plano do governo, como parte das reformas neoliberais no país, que visam desobrigar o Estado da responsabilidade para com a educação pública e, por outro lado, criticando o Plano reformista dos protagonistas do Coned. Apresentou algumas críticas essenciais:

1) Trata-se uma concepção reformista da educação. Acreditam que é possível uma escola de qualidade, crítico-emancipadora, nos limites do capitalismo decadente. A escola capitalista está sob o domínio ideológico da burguesia. Estará destinada, de um lado, a preparar os dirigentes da exploração do trabalho e, de outro, a formar uma massa de mão de obra desqualificada. Não é por acaso que coexistem duas redes de ensino: a privada e a pública;

2) Querem fazer crer que sob a égide do capitalismo é possível existir uma educação "includente". Essa como responsável pela formação integral dos educandos. Nada mais falso. A formação plena dos alunos está diretamente vinculada a existência da combinação entre a teoria e a prática. Tanto a escola includente quanto a excludente formarão indivíduos repetidores e reprodutores. A formação plena dos indivíduos depende de integração escola e produção social. Sem que haja essa relação estreita entre o fazer e o pensar na produção social não se pode falar em educandos integrais;

3) Acreditam que ampliando alguns percentuais a mais na aplicação de recursos à educação é possível melhorar a qualidade de ensino. Por isso, propõem um custo-aluno em torno de 1000 reais;

3) Não se colocam pela defesa da escola pública, gratuita e laica em todos os níveis para a totalidade da população. Assim, reivindicam até o ensino básico. Para o terceiro grau falam em expansão do público. O caráter democrático da educação, pregado pelo tal Plano, não prevê o acesso a todos à escola pública;

4) Estão obrigados a admitir a existência da rede privada de ensino e admitir que uma parte do ensino esteja sob suas mãos (por exemplo, a universidade). Por isso, se opõem a estatização do ensino, sob o controle dos trabalhadores.

5) Pretendem fazer uma oposição do Plano do governo nos limites do próprio Estado burguês.

Dessa forma, o Coned não teve a finalidade de organizar um movimento nacional contra o Plano destruidor da educação pública. Acabou aprovando uma manifestação inócua, como pressão ao Congresso Nacional, no momento de votação do Plano Nacional da Educação. Não serão os atos minoritários em Brasília que derrotarão a diretriz neoliberal para a educação. Somente um amplo movimento dos trabalhadores em todo o país é que resistirá aos ataques do governo.

**Obras Completas de Guillermo Lora: a história e o programa do POR boliviano e da luta revolucionária na Bolívia. Adquira o seu com o distribuidor deste jornal. Já temos até o volume 25 no Brasil. O 26 está em impressão, e conterà o importante acontecimento da Assembléia Popular.**





# Secretária da Educação toma vaia na Assembléia Legislativa

A Comissão de Educação da Assembléia Legislativa convocou a Secretária da Educação para explicações sobre as mudanças que vem impondo na rede. A Secretária da Educação compareceu juntamente com seus capachos. Para isso, convocou os delegados e supervisores para aplaudirem os seus discursos evasivos.

Por outro lado, os professores, principalmente os atingidos pela municipalização na capital, estiveram presentes. Os sindicatos de educação puderam fazer uso da palavra para questionar as colocações da Secretária.

A Secretária da Educação fez um exposição onde não disse nada, sobre a reforma. E, a partir daí, sua função era responder as questões levantadas pelas entidades e parlamentares. As questões sobre a municipalização, desemprego, arrocho salarial e plano de carreira foram o centro dos questionamentos. A Secretária sustentou passo a passo todas as

medidas que vêm sendo adotadas pela rede, mostrando que os municípios têm condições de arcar com o ensino fundamental e como a via de melhora da qualidade de ensino. O plano de carreira foi apresentado como possibilidade de recomposição salarial e de "valorização" do magistério.

Os discursos mentirosos da Secretária eram retrucados pelas vaias do plenário. Em vários momentos, a reunião foi interrompida para conter os ânimos dos professores, que achincalhavam a Secretária.

A reunião terminou com as discussões entre a Secretária e os deputados, que exigiam a retratação da mesma pelo fato desta ter dito que os prefeitos são ladrões.

É importante que tiremos uma lição dessa reunião: a derrubada das medidas que vêm sendo aplicadas na rede depende da mobilização da classe. Reuniões com poucos professores e sob a orientação política dos parlamentares têm efeitos muito limitados. É preciso que

busquemos a unidade dos trabalhadores da educação, com os pais e alunos e que ganhem às ruas em ações centralizadas contra o governo que destrói a educação.

## Reunião da Apeoesp aprovou um ato no dia 21/11

Após a audiência com a Secretária, a diretoria da Apeoesp propôs a realização de um ato na sexta-feira.

Defendemos a convocação de um assembleia geral, que antecederesse o ato. Porém, não foi aceita pelos burocratas.

O ato de sexta-feira deve aprovar uma ação de massa contra o governo e sua reforma educacional.

OPERAÇÃO  
Educação

## Boletim da Corrente Proletária contra a municipalização

### Sai a primeira lista de escolas para a municipalização Demissão de professores e funcionários

Após várias reuniões na Câmara Municipal, finalmente os vereadores disseram que não serão somente essas 50 escolas a ser municipalizadas. Novas listas sairão em dezembro e janeiro. O governo do Estado de São Paulo faz de conta que tudo não passa de boato da imprensa. Os vereadores fingem que não conhecem o tal dos Convênios de municipalização. Os professores correm de um lado para outro com a certeza de que suas escolas serão transferidas. Essa certeza vem com o "convite" à remoção, para os professores efetivos.

Nas reuniões com vereadores, as discussões são de que a prefeitura não necessita da mão de obra dos professores e funcionários ACTs. Deixou claro, embora o governo de São Paulo tenha dito o contrário na imprensa, que a prefeitura só absorverá o prédio e os alunos. Também frisou que se trata de um projeto experimental com uma parte das escolas de 1º a 8º série.

Essa fumaça toda tem por detrás a política educacional de municipalização, materializada através da implantação do Fundão em janeiro de 1988. A prefeitura de São Paulo não pode ficar isenta dessa ação centralizada do Estado. Terá de assumir, queira ou não, o ensino fundamental. O resultado disso é o avanço da destruição da escola pública e gratuita. Os municípios não terão como sustentar, com a verba do Fundão, sua rede própria

(infantil, adultos e até fundamental). O caminho já está anunciado nos Convênios: a comunidade terá também de arcar com a responsabilidade da manutenção da escola pública. A via das cooperativas (no modelo PAE) e as parcerias com as empresas é o destino de nossas escolas.

A investida destruidora da escola pública, que vem mascarada com a municipalização e depois com a reforma do ensino médio, provocará uma demissão em massa dos trabalhadores em educação. A política de demissão é parte da desobrigação do Estado para com a educação. O governo necessita cortar gastos. Para isso, desfaz de parte da rede e demite funcionários e professores. A política neoliberal para a educação tem esse conteúdo e visa angariar recursos para continuar sustentando o pagamento das dívidas.

### Resistir à municipalização: ganhar as ruas em ações centralizadas contra o governo privatista

Não dá para repetir a dose usada na época da reestruturação da rede. Basta que lembremos: fizemos inúmeros atos por escola, bairros etc; foram milhares de abaixo-assinados e dezenas de ações judiciais. A lição foi que o movimento ficou fragmentado e caiu no isolamento. O governo aproveitou-se dessa divisão e impôs passo a passo a reforma.

Agora, é hora de corrigir os erros. É hora de breçar a conduta das direções sindicais que insistem nessa política de atos por locais e, quando der, uma ação mais centralizada. É hora da unidade entre os professores das escolas

que serão municipalizadas primeiro com os demais da rede. É hora da unidade com pais e alunos na defesa da escola pública e gratuita, contra a municipalização. Essa unidade deve ganhar as ruas, o mais rápido possível porque o tempo corre mais rápido e o ano letivo está prestes a encerrar. Por isso, é tarefa urgente dos sindicatos a campanha aberta, na TV, rádio, panfletos etc, contra a municipalização e suas consequências. Façamos um ataque frontal contra o governo que destrói a escola pública.

Nesse sentido, é necessário que aprovemos uma assembleia geral de professores e a marcha em defesa da escola pública, envolvendo pais, alunos e todos aqueles que de fato reivindicam do ensino gratuito em todos os níveis para todos.

Não deixemos que o governo imponha mais demissões!

Lutemos contra a municipalização privatista!

Aprovemos a Assembleia e Marcha centralizada em defesa da escola pública, gratuita, laica em todos os níveis para toda a população!



# Sem luta, a privatização da Universidade virá

Se depender do governo, a Universidade pública tem seus dias contados. Recentemente, em uma longa entrevista, Gustavo Franco, presidente do Banco Central, expôs a opinião de que é preciso liquidar de vez com o ensino gratuito superior.

Esse homem das finanças não fez senão defender um dos aspectos da Reforma educacional de Fernando Henrique Cardoso. De fato, a destruição da Universidade pública é um dos aspectos do Plano antinacional e antipopular da coligação PSDB/PFL que comanda o país.

A análise das autoridades burguesas é de que não tem mais sentido o Estado arcar com o ensino público das universidades. Esse pensamento não é recente. A destruição do ensino superior público vem sendo feita aos poucos. Tem-se sucateado as universidades federais. As estaduais, como a USP, passaram a ser também algo de tal método liquidador. Não é por acaso que 60% da rede universitária estão nas mãos de empresários. E os 40% das públicas se acham desfiguradas.

A imposição de taxas e mais taxas, bem como até mesmo de implantação de certos cursos pagos ou em "parcerias" com empresas, foi a forma encontrada para avançar

progressivamente a privatização. Ao lado disso, vemos a penúria salarial dos docentes e funcionários e as péssimas condições de ensino.

A quebra das condições de funcionamento elementar das universidades públicas brasileiras é um passo para justificar sua inépcia e, portanto, a não razão de existir. Denuncia-se a falência educacional das universidades, mas se esconde as causas. Chega-se inclusive a apontar que uma parte dos estudantes abandona os cursos, demora um tempo acima do normal para se formar e que assim o governo desperdiça dinheiro. Essa descrição não deixa de ser verdadeira, mas é feita de maneira isolada das causas. O que é consequência é apresentada como causa.

A educação, em última instância, expressa a base econômica do país. Tal base é a do capitalismo decadente, em que a grande maioria é explorada e não pode chegar a Universidade. E a minoria que tem acesso aos níveis superiores se vê diante de uma escola sucateada e anticientífica. A quebra do ensino pelo sistema econômico e social decadente é a causa dos fenômenos negativos assinados pelos defensores da privatização. Não é por acaso que a tal da evasão e repetência também atingem o nível fundamental e médio.

Se de modo geral, a escola no capitalismo, está desvinculada da produção social, nas condições de crise esse divórcio torna o ensino em grande parte supérfluo e custoso para os capitalistas. As exigências de qualificação se tornam cada vez mais baixas. O sistema econômico de exploração do trabalho, esgotado por suas contradições, desqualifica cada vez mais o ensino em todos os níveis. O ensino particular voltado apenas à lucratividade pode muito bem cumprir o papel das mediocres exigências.

A verdade é que a classe capitalista não tem necessidade de expandir o

ensino público para melhorar o nível cultural da classe média, que também é golpeada pela desagregação econômica. É notório que o governo quer se livrar a universidade pública para economizar todo e qualquer centavo em função de sua falência financeira. Falência essa provocada pelo grande endividamento interno e externo. Quem não vê que o Plano Real não objetiva apenas liquidar a Universidade pública, mas toda e qualquer conquista social. As reformas denominadas neoliberais vem no sentido de proteger o grande capital e descarregar a crise sobre a maioria trabalhadora.

A eliminação progressiva do ensino público, partindo da Universidade para os demais graus é uma das formas de atingir a população. A palavra de ordem do governo é essa: quem pode pagar terá estudo. Se houver procura daqueles que podem pagar, então se expandirá a rede privada. É a lei plena da "economia de mercado". Por essa lei, a maioria há muito está marginalizada do ensino superior.

Os trabalhadores e estudantes não podem se curvar diante da liquidação e privatização do ensino público. As direções do movimento estudantil e docente só em palavras se colocam contra a privatização. Ao admitirem a coexistência do público com o privado acabam por assimilar passivamente as imposições da burguesia. Ao contrário dessa postura, está colocada a luta por um sistema único, público, gratuito e laico da educação. O que quer dizer defender a estatização de todo o ensino, sob o controle dos trabalhadores e estudantes. Essa defesa faz parte do nosso programa.

Defendemos que os DCEs, CAs, UNE, sindicatos e correntes políticas do movimento dos trabalhadores se coloquem por uma mobilização nacional contra o Plano antinacional, antipopular de FHC.

EDUCAÇÃO



Painel na Universidade de La Paz, homenageando o aniversário do POR.

## UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO: agora a guarda matou um menino

# Burocracia universitária monta um aparato repressivo dentro do Campus

O desaparecimento do adolescente Daniel no dia 02 de Novembro e o encontro de seu corpo três dias depois boiando na raia Olímpica marcam o ponto alto do processo de militarização da Universidade de São Paulo.

Antes de seu corpo ser achado, diversos moradores do Crusp, a habitação universitária, declararam tê-lo visto fugindo da perseguição de um dos guardas da universidade. E seus amigos, que brincavam juntos no mesmo dia, foram açoitados pela guarda e depois socorridos no Hospital Universitário. Morador da favela San Remo, vizinha da universidade, Daniel era um estudante secundarista e junto com o restante da comunidade a qual vivia, fora também proibido de entrar nas dependências da universidade através de um decreto do reitor burocrata, Sr. Fava, que fechou o campus para a comunidade.

Ao saber da morte de Daniel, o reitor lançou para a imprensa uma vergonhosa carta onde deu a entender que o menino e os seus responsáveis foram os culpados pelo ocorrido, pois a "USP e a raia olímpica são de uso especial", portanto restrita aos iluminados que estão vinculados à universidade. Além disso afirma que a morte se deu "provavelmente por afogamento", ignorando completamente os testemunhos dos moradores do Crusp. Finaliza propondo uma comissão, vinculada à burocracia universitária, para "apurar o ocorrido".

### Fechamento do Campus e Militarização da Universidade.

A atual gestão de burocratas, logo ao tomar posse, adotou como primeira medida o fechamento do Campus para a comunidade. A isto seguiu-se uma política de isolar o corpo de segurança dos demais funcionários da universidade, e, por fim, estreitou os vínculos dos mesmos com a polícia militar, que montou uma academia na entrada da universidade e recebeu autorização para entrar dentro do Campus quando bem entendesse.

Em duas frases é possível resumir esta política da burocracia: fechar a universidade para a população pobre

e abri-la para a polícia.

### Qual a função da guarda universitária?

Na carta em que o reitor "esclarece" (mais justo seria dizer "oculta") à imprensa as razões que provocaram a morte do menino, ele caracteriza a universidade como "bem de uso especial". Como tal ele deixa de poder ser visitada pela comunidade que a financia e passa a ser de uso exclusivo da minoria que pode estudar nela. Por esta declaração, entende-se o motivo real que faz com que a burocracia potencie uma força especial de repressão dentro do Campus: para aplicar a política privatista de cortar gradativamente as verbas da universidade e sucateá-la é necessário acabar com qualquer controle que os trabalhadores possam ter sobre a universidade. Em especial é necessário alijar do usufruto das dependências do Campus estes mesmos trabalhadores, descaracterizando aos poucos a universidade pública e estabelecendo, mesmo antes da privatização, o seu uso privado.

Em segundo lugar, a guarda universitária desempenha a função de reprimir qualquer reação dos próprios alunos. Não é à toa que da ala mais combativa do setor estudantil, ou seja, a dos estudantes pobres que habitam o Crusp, é que tem havido denúncias de ameaças de morte feitas pela guarda universitária a alguns moradores.

Enquanto não se esboça nenhuma reação por parte dos alunos ao processo de sucateamento da universidade, a guarda se limita a "cuidar" dos prédios e das dependências. Basta que apenas um setor reaja a esta política para que a guarda se volte contra os alunos ameaçando a integridade física dos mesmos.

### Por que o movimento estudantil não deu uma resposta à altura?

Um dia antes da manifestação em frente a reitoria, realizou-se um CCA (Conselho de Centros Acadêmicos) que votou entre outros pontos a proposta de transformação do ato de quinta-feira

em uma assembléia e que fosse encaminhada nela a proposta de ocupação da reitoria e a preparação de um dia de mobilização. Foi tirado também uma pauta de reivindicações que se resumia a quatro pontos: reabertura do Campus, expulsão da polícia militar de dentro da universidade, fim da guarda universitária e apuração dos culpados.

Apesar de votadas, nenhuma destas propostas foram encaminhadas no ato do dia seguinte. O DCE e os CAs que estavam presentes na manifestação diluíram-se entre os manifestantes e a radicalização não alcançou saldo organizativo.

Reunindo alunos, professores, funcionários e os moradores da favela, o ato denunciou que há por parte dos moradores da San Remo e da Comunidade Universitária uma grande disposição de luta. Diante da ausência de uma proposta que pudesse dar continuidade ao movimento, o radicalismo transformou-se em manifestações isoladas como queima das guaritas, pichações e destruição de um carro da guarda universitária. A tarefa colocada é lutar por uma direção que possa levar adiante a luta dos professores funcionários e alunos contra a política de destruição da universidade e do ensino superior do país aplicada pela burocracia universitária e pelos governos Covas/FHC.

OPERAÇÃO  
EMBARRAÇÃO



# Balanço do VIII Congresso dos estudantes da UECE

O Congresso dos estudantes da UECE, que se realizou numa conjuntura de supressão das conquistas sociais, tais como: Previdência, Saúde, Educação etc., além

de privatizações, abertura comercial e, sobretudo, imobilidade das direções sindicais-estudantis a nível nacional. E de falta de professores, livros novos, residência, sucateamento dos laboratórios, observatório, deficitária assistência estudantil, ampliação das taxas na universidade, acrescido de crescente autoconfiança dos setores que defendem a privatização, tanto na burocracia quanto no meio estudantil (CA de Geografia, Contábeis) a nível da UECE.

O Congresso se caracterizou primeiro pela ampla discussão política, fruto da eliminação quase total das correntes estalinistas do movimento estudantil e do forte combate ideológico às correntes centristas (PSTU) e refor-

mistas (PT) por parte do Partido Operário Revolucionário. Em segundo lugar, se caracterizou pela ausência de um número expressivo de estudantes de base no congresso. O afastamento dos estudantes de base dos fóruns do movimento é resultado de diversos fatores, mas desses o mais determinante, sem dúvida, é a política de negociações, de colaboração de classes e de imobilismo praticada pelas direções das entidades (PT, PSTU) que expressam aos estudantes, ainda que haja direção revolucionária e mobilizações isoladas a imagem do conjunto do movimento estudantil, subordinado politicamente eleitoralista parlamentar.

## A posição das correntes políticas

Sem dúvida, em comparação com o Congresso anterior, o grande derrotado foi o PT. No VII congresso, a participação massiva do PT se deveu à briga pelos aparelhos: DCE (na época fechado há dois anos) e o C.A. de Serviço Social (perdido para o PSTU após 15 anos

na direção). Após a reconquista do CA e não sendo força hegemônica no DCE, se negou a construir o congresso, preferindo construir os seus "seminários". Agrega-se a isso o crescente fracionamento do PT e

a tendência ao rechaço do reformismo.

O PSTU, que nesse congresso possuía a maior bancada, se uniu ao PT, seguido do PCdoB, para subordinar o congresso às frentes eleitoreiras. PT e PSTU se criticavam mutuamente a fim de mostrar ao congresso qual a frente era melhor: a frente ampla com setores descontentes do PMDB e PSDB ou a frente de esquerda (variante da frente popular) PT, PSTU, PCdoB etc. com LULA para presidente e vice do MST. Isso obviamente sem fazer nenhuma crítica ao programa pequeno-burguês deste.

PART, PCB e Contracorrente não apareceram. Um grupo de independentes simpatizantes desta última sob alegação de ilegitimidade do congresso se retiraram. Já outros do mesmo grupo, com princípios anarquistas e anti-marxistas mostraram desprezo pela participação no congresso.

O POR foi a grande surpresa do congresso. Alcançou 10% da delegação. Trouxe a luta política e se colocou como referência revolucionária em relação às deformações eleitoralistas das esquerdas. A intervenção no Congresso constituiu um passo importante para a construção de uma fração revolucionária no interior do movimento estudantil.

Edição

## Eleições do SINTE: Construir uma Chapa de Oposição Revolucionária

As eleições do SINTE acontecem numa conjuntura em que o governo FHC, Garibaldi e Vilma atacam o ensino com seus projetos de reformas e tentam retirar conquistas sociais dos trabalhadores, destruindo cada vez mais os serviços públicos, em que a escola é um dos setores mais afetados.

As direções dos sindicatos a cada dia vêm se subordinando as políticas governamentais, colaborando com seus projetos, auxiliando-os na destruição do ensino no nosso país. Por isso, precisamos eleger para o nosso sindicato uma direção de luta, combativa, que se apóie na mobilização e na ação direta dos trabalhadores. Precisamos resgatar nosso sindicato de luta das manifestações, greves e que não colaborem com os projetos dos governos.

Nesse sentido, convidamos os companheiros (as) para juntos conformarmos uma chapa de "OPosição REVOLUCIONÁRIA ao SINTE" e lutarmos contra a

destruição da escola pública, ao mesmo tempo em que lutamos também pelo acesso de todos à escola vinculada à produção social, capaz de torná-la científica, em que alunos, professores e funcionários sintam que estão exercendo seu verdadeiro papel de colocar ao alcance de todos o ensino da ciência, cultura e tecnologia.

Colocamos aqui nossas principais propostas que norteiam o programa da nossa chapa e convocamos você para abrirmos uma discussão sobre estas propostas programáticas com finalidade de convidá-los a participar na composição da mesma, tendo em vista a importância de nessas eleições concorrer uma chapa que retome a luta da categoria no patamar das ações diretas (greves, manifestações, ocupações etc.). Ao lado desta luta devemos defender também:

1 - Eleições diretas para todos os órgãos educativos com revogabilidade de mandato;

2 - Autonomia integral da educação de todos de ensino. Autonomia administrativa, Financeira, político/pedagógica e controle de todo sistema de ensino pelos trabalhadores em educação, pais e alunos;

3 - Expropriação de toda rede privada de ensino (confessional e empresarial) sem indenizações e estatização de todos os níveis de ensino sob controle dos trabalhadores;

4 - A escola laica contra toda ingerência da religião nas unidades escolares.

Defesa da escola científica, contra o obscurantismo religioso;

5 - Piso nacional para todos os trabalhadores em educação, implantação imediata da redução da jornada de trabalho e o salário mínimo de R\$1800,00;

6 - Reposição integral de todas as perdas salariais e escala móvel de reajustes;

7 - Redução do número de alunos em sala de aula para 20 alunos;

8 - Defesa do acesso e (promoção), concurso público, contra o fechamento das bibliotecas das escolas municipais, ameaçadas pela política implementada pela prefeita Vilma/Secretário Waldson;

9 - Contra o Programa de Desligamento Voluntário (PRODEVIR) 10 - Total liberdade de organização e política Sindical;

11 - Por uma escola única, pública, gratuita financiada pelo estado, uma escola enraizada no produção social com efetiva vinculação entre teoria e prática, onde alunos permaneçam um período na produção social, outro na escola, havendo rotatividade nos mais diversos ramos da produção econômica: fábrica, campo e outros serviços;

12 - Construção de uma frente única antiimperialista, com a finalidade de travar a luta pela destruição do capitalismo;

13 - Expropriação dos latifúndios e entrega de terras aos camponeses;

14 - Expropriação dos grandes grupos econômicos e coletivização da produção;

15 - Por um governo Operário e Camponês (ditadura do proletariado).



## Para Onde Caminha a Comissão da Campanha Salarial na Capital

No último dia 6 de novembro, aconteceu um fato na reunião da Comissão, que já considerávamos superado. Vários companheiros, militantes e simpatizantes do PT, levantaram-se esbravejando no início da reunião, acusando a Corrente Proletária do Judiciário de oportunismo e de querer aparelhar a Comissão.

E por que esta crítica tão dura? Por termos soltado, como vimos fazendo mensalmente há quase dois anos, o Boletim da Corrente Proletária do Judiciário.

Obviamente que o problema não está em soltar um boletim na categoria. Se fosse este o problema, por que não cobramos, isto quando, há alguns meses atrás, distribuíamos nosso boletim chamando a atenção dos companheiros para a necessidade de organizar a categoria e de desenvolvermos uma campanha salarial? Afinal fomos ou não fomos quem primeiro levantou a necessidade de organizar uma comissão para este fim?

A questão não é o boletim, como os companheiros insistem em dizer, mas a sua linha. O que de fato deixa os companheiros com ódio mortal do boletim é que nele está escrito com todas as letras que a categoria deve se organizar para preparar a greve estadual da categoria, única possibilidade de obtermos conquistas nesta campanha salarial.

O que os companheiros petistas da Comissão se negam a colocar, e por isto tentam levar a discussão para outros rumos, é que uma mobilização radicalizada inviabilizaria a organização dos Comitês Eleitorais da Frente de Esquerda na categoria. Este é seu objetivo principal: utilizar a Comissão da Campanha Salarial para poder ter contato com a categoria e formar seus comitês eleitorais e quem sabe sair candidato a vereador. E nos acusam de oportunistas e aparelhistas.

Colocamos nossa posição abertamente para toda a categoria, não tentamos encobrir nossa política com um discurso despolutizador de que

temos de separar a corrente do movimento. Nós mostramos nossa linha e assumimos que é nossa linha enquanto os companheiros tentam colocar sua posição política por trás de sua aparente independência.

Aos companheiros do Judiciário, informamos que continuaremos a debater nossas posições com a categoria, através de nosso boletim, desenvolvendo a política revolucionária, colocando nele todas as questões importantes para a categoria, pois acreditamos que ela como um todo é quem deve decidir sobre todas as questões.

Movimento Operário



### “Luta de Classes”

## Um rompimento do Jornal “O Trabalho”

Recebemos a publicação “Luta de Classes”, do Fórum Marxista Trotskista Internacionalista, nº 1, de setembro. O editorial explica que o Fórum reúne ex-militantes do Jornal “O Trabalho”, corrente interna do PT. O rompimento tanto com um quanto com outro se deveu a sua degenerescência política. Eis uma das passagens mais importantes: “Aos poucos, principalmente a partir do momento em que o PT elegeu seus primeiros parlamentares, é que começamos a perceber o início da degeneração e da capitulação do partido frente ao Estado burguês.

Por outro lado, nossa ruptura com “O Trabalho” não se deu da noite para o dia, mas envolveu todo um processo de resistência à política de sua direção. Em

nome do trotskismo, ela aprofundava cada dia mais a política de adaptação ao aparelho burocrático do PT. Um setor da corrente chegou a diluir-se no chamado grupo dos 113 (grupo do Lula), hoje Articulação.”

No mesmo editorial, critica o PSTU. Caracteriza que o PSTU resulta da “fusão de vários grupos de militantes inconformados com a política petista.” E explica que “em seu interior aglutinam-se grupos de vários matizes ideológicos e de diferentes origens, desde estalinistas até pseudo-trotskistas ou nacionais-trotskistas”. E critica o PSTU por ser genérico e eclético na formulação programática, deixando de lado a construção do “Partido Mundial do Proletariado”.

Estamos de acordo com tais

críticas, até porque já tínhamos feito na mesma linha. O problema do Fórum é que ainda não fez um balanço da estratégia do governo democrático e popular do PT/O Trabalho e do governo dos trabalhadores do PSTU. Pelo menos o Jornal Luta de Classes não o faz.

O POR está disposto a discutir com o Fórum a tarefa de construir o partido mundial da revolução socialista. Seria uma oportunidade para analisarmos as posições das correntes que se reivindicam do trotskismo. Temos uma trajetória de posições programáticas que seria valiosa na discussão com o Fórum. A superação da fragmentação das correntes depende do programa revolucionário e sua penetração nas massas.

**80 anos da Revolução Russa - 150 anos do manifesto Comunista**

**Palesra e Debate: Domingo, 23 de novembro, 15h30min**

**Local: Rua Clélia, 884, Lapa**

# Os Trotskistas no Brasil

A partir do Massas nº 142, começamos a falar desenvolvimento das organizações trotskistas atuais no Brasil. Inicjamos com o nascimento da OSI (jornal "O Trabalho"). Neste número, falaremos sobre a Democracia Socialista (DS, conhecida por seu jornal "Em Tempo").

## O Surgimento da Organização Revolucionária Marxista - Democracia Socialista

Internacional

Em 1973, um grupo de militantes da Oposição Metalúrgica de Belo Horizonte funde-se com militantes do movimento estudantil de Minas Gerais. A este grupo soma-se a Tendência Socialista do MDB do Rio Grande do Sul (majoritariamente estudantil), formando-se a ORM-DS em dezembro de 1979. Com o envio de quadros a outros estados, conseguem em São Paulo cooptar ex-militantes do POC (Partido Operário Comunista, ver Massas nº 140).

As mudanças operadas na linha do Secretariado Unificado (SU) da Quarta Internacional, com o advento do "eurocomunismo", foram a pedra de toque para a realização das discussões que culminaram na unificação.

O "eurocomunismo" foi um movimento ocorrido no interior dos Partidos Comunistas europeus, uma decorrência da própria linha de coexistência pacífica implantada pelo estalinismo. Ocorre que, como estavam mais sujeitos às pressões de suas respectivas burguesias, se dispuseram a curvar-se mais ainda diante do imperialismo.

O SU passa a considerar este movimento do estalinismo europeu rumo à social democracia como uma adaptação progressiva dos PCs ocidentais diante do monolitismo es-

talista, como afirma em seu documento programático "Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado". Este documento afirma que: "o atual debate sobre as diversas concepções da democracia socialista é o mais profundo desde os anos posteriores a revolução russa de 1917", ou seja, mais importante que o desenvolvido pela Oposição de Esquerda, que culmina com a formação da IV Internacional. Busca demonstrar que na URSS e no leste-europeu deixou de existir a ditadura do proletariado, por causa da casta burocrática que tomou o Estado, negando a democracia socialista, e que o "eurocomunismo" poderia ser o canal de reintrodução desta discussão.

No Brasil, as correntes que estavam discutindo sua fusão sobre a base deste documento da SU viram uma oportunidade de ouro para iniciar a discussão com outras correntes sobre esta questão. Constituiriam, em 1977, uma frente de organizações visando editar um jornal que se chamaria "Em Tempo" (esta frente abarcava da esquerda católica, passando pelo MR8 e outras organizações saídas do estalinismo e indo até POC). Esta frente durou até 1979, quando várias organizações, com a abertura política, começaram a publicar seus próprios jornais, ficando a DS com a edição do jornal.

Seguindo os novos acordos entre os grupos trotskistas internacionais, a DS se unifica em 1981 com a Organização Revolucionária dos Trabalhadores (ORT, formada por ex-morenistas) e, em 1982, com o Comitê de Ligação dos Trotskistas Brasileiros (CLTB, racha da OSI).

A DS sempre viu com bons olhos as discussões sobre a formação de um Partido dos Trabalhadores, vendo nele a possibilidade da construção de um partido de massas, revolucionário e com democracia socialista.

Com o surgimento da "Articulação dos 113", a DS procurou desenvolver uma frente nas organizações de esquerda no PT para combater suas posições. Este processo para o desenvolvimento da frente anti-Articulação culminaria na formação de chapas nas convenções partidárias entre 1983 e 1984. Em 1983, se forma a chapa "PT-83: O Partido na Direção das

Lutas Contra o Arrocho e a Ditadura" para as convenções estaduais. Nos documentos programáticos da chapa, faziam uma crítica à campanha petista de 1982 e ao processo de burocratização da estrutura orgânica do partido pela Articulação. No Rio Grande do Sul, chegaram a propor uma Frente Única dos Trabalhadores (versão da Frente Única Proletária do SU, que não levava em conta o caráter semicolonial do país e ainda era contaminada com a política da democracia socialista). Segundo eles, um bloco operário-popular que seria formado por todos que se reivindicassem da luta dos trabalhadores e pelo socialismo. Nas convenções petistas de 1984, lançam a Alternativa Operária e Popular nos moldes da FUT. No campo sindical neste período começaram as articulações de uma frente de oposição à Articulação, a chamada CUT pela Base.

Para a DS o PT era o verdadeiro partido revolucionário, mas para que isto se concretizasse seria necessário construir uma nova direção, que seria construída através da fusão dos "marxistas-revolucionários" (eles), com o mais amplo setor possível da vanguarda clássica que vinha despondo das lutas dos últimos anos. Para realizar esta tarefa, começaram a nuclear militantes que não atuavam no PT, em núcleos controlados pela DS.

A implantação desta linha fez com que uma parcela de sua militância questionasse a relação da DS no interior do PT. E com que a direção da DS demonstrasse que, enquanto o PT estivesse em formação (ou seja não tivesse uma direção revolucionária), seria necessário se manter como uma fração do partido.

Nos próximos números, veremos como esta contradição foi resolvida, de como a DS passa a apoiar paulatinamente as posições da Articulação até abandonar seu programa de Alternativa Operária e Popular e defender o Governo Democrático Popular. Nesse momento, já integrada ao reformismo petista, é um dos primeiros grupos a pedir a expulsão das tendências de esquerda do PT após o seu 1º Congresso. Antes, porém, iremos abordar o nascimento da Convergência Socialista e o de Causa Operária.

## Comemoração dos 80 anos da Revolução Russa

Defender a Revolução Russa é resgatar a defesa da aliança operário-camponesa, o programa proletário e o partido bolchevique. A revolução russa foi a primeira revolução proletária dirigida pela classe trabalhadora, onde a mesma expropriou os meios de produção, as terras e através da ditadura do proletariado implementou a coletivização da produção, um governo da

maioria oprimida (operário-camponês) através dos soviets. Por isso, representa um legado histórico para todos aqueles que defendem o marxismo, tanto do ponto de vista de uma sociedade socialista, como na construção de um partido revolucionário mundial, capaz de dirigir a revolução proletária mundial.

Atualmente, o processo de restauração capitalista na Ex-URSS, como nos outros países do Leste Europeu, fruto da política contra-revolucionária do estalinismo, representa um retrocesso nas conquistas sociais e uma vitória em parte do Imperialismo, que poderá ser revertida

com a revolução política naqueles países. A ofensiva do Imperialismo sobre os países do Leste Europeu e a capitulação de setores do movimento operário que fazem frente com a burguesia de que o Socialismo morreu, significa um ataque brutal as conquistas da Revolução de Outubro.

Convidamos você, companheiro(a) a discutir conosco sobre estas e outras questões abordadas acima, como também as demais correntes de esquerdas.

Dia: 08/11/97 - às 15 horas

Local: CUT - Av. Rio Branco, 542 - Centro - Vizinho aos Correios, acima da Paratodos.

# Governo norte-americano prepara ataque contra o Iraque. Fora o imperialismo do Golfo! Todo apoio ao Iraque contra a agressão imperialista!

Desde a derrota do Iraque, os Estados Unidos têm imposto determinadas condições a este país típicas de sua prepotência imperial. Sua intenção era de ocupar diretamente o território iraquiano. Como não pôde, estabeleceu uma "área de segurança", pisoteando a autodeterminação do Iraque. Volta e meia invade todo espaço aéreo. Também impôs, com auxílio das demais potências imperialistas e da Rússia, o bloqueio econômico. Fato esse que tem prejudicado a economia iraquiana. Não faltaram tentativas de derrubar o governo de Saddam Hussein.

Os EUA já haviam ocupado metade do país, em duas faixas, ao norte e ao sul. Agora, pretendem ocupar o resto, colocando o Iraque sob sua batuta. E pressionam para obter um motivo de ataque e conquista do resto do território iraquiano. Apressam-se pois alguns países europeus têm interesses comerciais no país árabe e a disputa interimperialista pelo domínio econômico da região aumenta.

O governo norte-americano tem realizado uma série de provocações contra o Iraque. Primeiro, insistiu em ampliar o controle sobre todo tipo de armamento ou tecnologia desenvolvida ali. Diante da negativa do Iraque e expulsão dos agentes da ONU norte-americanos, os EUA intensificaram sua ofensiva. Ordenaram que outros agentes americanos da ONU saíssem de Barheim e fossem inspecionar o Iraque. Novamente o Iraque se recusou.

Estados Unidos e Inglaterra estão com porta-aviões na região, prontos para atacar o Iraque. Foram lançados aviões bombardeiros para sobrevoarem a região, provocando um ataque iraquiano.

Tudo indica que ou governo do Iraque cede às pressões ianques e se submete totalmente, ou haverá nova interven-

ção armada (guerra) contra o país árabe.

Defendemos a expulsão não só dos norte-americanos, mas de todos representantes do imperialismo da região.

Se os EUA vencem o embate, aumentará a opressão nacional sobre o Iraque e o poderio sobre os outros países atrasados (semicolônias). A derrota do imperialismo favorecerá a luta antiimperialista e anticapitalista, no Iraque e no resto do planeta.

Os iraquianos têm feito uma espécie de escudo humano contra as ameaças de ataques aéreos americanos. O imperialismo se anima a pisotear o Iraque justamente porque não há armamento popular. É hora de entregar as armas para a população e formar as milícias antiimperialistas. A luta pela soberania do Iraque está colocada. Quem deve decidir sobre o armamento é a população. Certamente, esta aspira o armamento geral para combater o imperialismo.

A posição revolucionária é a de se colocar incondicionalmente ao lado do Iraque contra os EUA. Chamamos a todas as correntes do movimento operário a uma frente antiimperialista de apoio ao Iraque contra os EUA. Trave-mos o combate contra a opressão imperialista sobre nosso país, expressa atualmente na aplicação do plano antinacional e antipopular de FHC.

Internacional



**Bolívia:**

## Expulsão dos partidos burgueses da COB e dos sindicatos

O governo, a burguesia, os colaboracionistas, os reformistas e até os "independentes" sustentam a contrabandista proposta de que a democracia obriga os explorados e oprimidos a tolerarem no seio de suas organizações - como são os sindicatos - as correntes políticas e seus porta-vozes.

A democracia representativa - máscara da ditadura burguesa - é um recurso dos donos do poder econômico e político para manter manipulados os trabalhadores e a maioria nacional. Esta farsa é o meio que utiliza a burguesia para explorar a massa operária silenciosa e disciplinada.

Os sindicatos, portanto a COB, nascem e se movem em meio à luta de classes. A burguesia sabe perfeitamente que, para defender seus privilégios e seu direito de explorar os trabalhadores, deve submetê-los à sua vontade todo-poderosa. Não querem luta de classes, e sim domesticação dos explorados. Por isso mesmo, um de seus objetivos primordiais é a submissão dos sindicatos a suas decisões. Isso explica por que os ricos prostituem e burocratizam os dirigentes sindicais.

Não somente se empenham em controlar os sindicatos, mas estão interessados em mobilizar seus escravos por trás dos partidos e dos caudilhos economicamente poderosos. Para cumprir este

plano esmeram-se em penetrar como partido no seio dos sindicatos, a fim de acabar controlando-os de maneira direta.

Os opressores manejam os meios de comunicação social, a igreja, a escola etc. que servem a seu propósito de arrastar a toda a sociedade para a escravidão.

A missão dos sindicatos não é somente de lutar contra os excessos dos exploradores, mas de servir como meio de mobilização das massas em sua luta contra a burguesia e seu governo de plantão. Essas organizações, para serem fortes, têm de estar unidas ao redor da política revolucionária.

O sindicato reconhece o pluralismo político das correntes antiburguesas, revolucionárias. A democracia rege exclusivamente nesse terreno.

Para fortalecer os sindicatos como direção das massas, é preciso fortalecê-los politicamente, dar-lhes a finalidade estratégica da conquista do poder, por isso mesmo há que eliminar do campo operário os partidos burgueses, ainda que se declarem democratas, a esses não se pode reconhecer nenhum direito democrático, há que varrer com eles.

Extraído do Masas boliviano nº 1586.

# 150 anos do Manifesto Comunista

5ª parte - Exposição do escrito de Engels, "Princípios do Comunismo", que serviu de base para a redação do "Manifesto do Partido Comunista" - Damos continuidade a série de artigos que dizem respeito à história do Manifesto Comunista.

Anteriormente, no Massas 142, expusemos os fundamentos da revolução social, da transformação da propriedade privada dos meios de produção em propriedade coletiva e a constatação de que a destruição do capitalismo só poderá ocorrer através da revolução.

Em seguida, os "Princípios do Comunismo" indicam que a revolução terá de culminar com a conquista do poder pelo proletariado. Engels referia-se à situação concreta da Inglaterra, França e Alemanha. Reconhecia que a Inglaterra estava em melhores condições para as mudanças revolucionárias. O proletariado inglês comparava-se como o mais desenvolvido da Europa e do mundo. Na França e Alemanha o peso do campesinato e da pequena burguesia artesã ainda era muito significativo em relação ao proletariado.

Assim, concebia duas possibilidades: 1) A conquista direta do poder político pelo proletariado; 2) A conquista indireta do poder pelo proletariado.

No primeiro caso, a Inglaterra se achava em melhores condições. No segundo caso, tratava-se da França e Alemanha. Nesses dois países, a massa de camponeses e pequeno-burgueses continuava se transformando em proletários. E que, por isso, tendia a submeter-se às reivindicações do proletariado incipiente. Deixa entender que essa massa camponesa e pequeno-burguesa seria a força social de uma primeira revolução. Mas, justamente pelo fato de estar se proletarizando, essa força social permitiria a conquista do poder pelo proletariado através da via indireta. Situação que obrigaria uma solução definitiva da conquista pelo poder pelo

proletariado. Dessa constatação, Engels supõe que haveria, provavelmente, "uma segunda luta", sendo que esta sim conduziria a vitória do proletariado.

A explicação desse processo, diferente na Inglaterra e na França/Alemanha, mostra o quanto Engels procura enfatizar a mecânica das classes na revolução. Em qualquer um dos casos, o essencial está na necessidade do proletariado chegar ao poder político. Isso porque é a classe genuinamente nascida do capitalismo e a única revolucionária até o fim. Quando concebe a possibilidade indireta de chegar ao poder através da pequena-burguesia e camponeses, não deixa de concluir que o processo teria de culminar com a tomada direta do poder, o que provavelmente, implicaria numa "segunda luta".

Dentro dessa mesma questão, a de número 18 ("E que curso seguirá essa revolução?"), Engels apresenta uma série de tarefas programáticas, que só o proletariado poderia aplicar, tendo o poder político em suas mãos. Indica que a chegada do proletariado ao poder, que "instaurará antes de mais nada um estado democrático", não implica em realização abrupta e mecânica das transformações. Pelo contrário, a conquista do poder é uma condição para se abrir um período histórico de transformações. Explica que a democracia para o proletariado no poder é importante para realizar as mudanças econômicas e sociais que levam à abolição da propriedade privada dos meios de produção e sua substituição pela propriedade coletiva. Vemos que Engels se refere à democracia proletária.

Vejamos essa citação: "A democracia resultaria totalmente estéril para o proletariado se não servisse imediatamente de meio para impor uma série de medidas posteriores que atentem diretamente contra a propriedade privada e assegurem a existência do proletariado". Está aí contida a idéia de que a conquista do poder do Estado pelo proletariado e a nova democracia instaurada têm a função de realizar as tarefas históricas de eliminação do capitalismo. Por isso, como tarefa histórica, tais transformações não podem ser abruptas e mecânicas.

Engels apresenta doze pontos programáticos: "1) Restrição à propriedade privada mediante impostos progressivos e um forte imposto sobre a herança (...); 2) Expropriação gradual dos fundiários, fabricantes, proprietários de ferrovias e armadores navais, em parte mediante a concorrência das indústrias do Estado, em parte diretamente, mediante indenização em hipotecas; 3) Confisco dos bens de todos os emigrados e de todos aqueles que se rebelarem contra a maioria do povo; 4) Organiza-

ção do trabalho, ou seja, emprego dos proletários nas terras, fábricas e oficinas nacionais, o que eliminará a concorrência dos operários entre si e obrigará os fabricantes, enquanto existirem, a pagar salários tão elevados quanto os do Estado; 5) Trabalho obrigatório para todos os membros da sociedade, até a completa abolição da propriedade privada. Formação de exércitos industriais, especialmente para a agricultura; 6) Centralização do sistema de crédito e das finanças nas mãos do Estado através de um banco nacional formado com o capital do Estado e supressão de todos os bancos privados e dos banqueiros; 7) Multiplicação das fábricas e oficinas, das ferrovias e dos navios; arroteamento de todas as terras e melhoramento das já arroteadas, na mesma medida em que aumentem os capitais e os operários de que disponha a nação; 8) Educação de todas as crianças a partir do instante em que possam prescindir dos cuidados maternos em estabelecimentos nacionais e a cargo do Estado. Educação combinada com o trabalho fabril; 9) Construção, nos terrenos nacionais, de grandes prédios que sirvam de habitação coletiva às comunidades de cidadãos que trabalhem tanto na indústria como na agricultura, reunindo assim as vantagens da vida urbana e da vida no campo, sem compartilhar a unilateralidade e os inconvenientes de um dos modos de vida; 10) Demolição de todas as casas e de todos os bairros insalubres e mal construídos; 11) Iguais direitos hereditários para os filhos legítimos quanto para os ilegítimos; 12) Concentração de todos os meios de transporte nas mãos da nação.

Engels, em seguida, conclui que a ação do proletariado no poder em favor de tais medidas não significa implantá-las todas de uma só vez. Mas, pelo fato de uma estarem ligadas umas às outras, assim que se iniciar uma delas logo a outra se colocará. O objetivo do proletariado é o de concentrar em proporção cada vez maior a economia em suas mãos, até extinguir definitivamente qualquer influência da burguesia sobre os meios de produção. Tal centralização permitirá um grande salto no desenvolvimento das forças produtivas.

Termina com o seguinte prognóstico: "Finalmente, quando tenha concentrado nas mãos da nação todo o capital, toda a produção e toda a troca, desaparecerá por si mesma a propriedade privada, tornar-se-á supérfluo o dinheiro, aumentará a produção e os homens terão transformado o suficiente para que desapareçam também as últimas formas de troca próprias da velha sociedade".

Internacional

